

Um problema sério com que Tancredo não contava

A paralisação das negociações financeiras entre o governo brasileiro e os credores privados internacionais, anunciada ontem por William Rhodes em uma nota sobre o assunto, não constitui propriamente novidade. O próprio ministro Ernane Galvães já havia informado, pela televisão, lá de Nova York, que o acordo com os bancos dependia da aprovação, pelo FMI, do relatório sobre o comportamento da economia brasileira em fins de 1984 e da sétima carta de intenções contendo os objetivos para 1985.

Ora, isso fica patentemente impossível diante das informações que estão sendo divulgadas de que o estouro da base monetária — um dos principais critérios de desempenho que o FMI utiliza nas suas avaliações — ultrapassa todas as expectativas mais pessimistas. Referimo-nos ao montante do déficit do setor público, expresso tanto em termos nominais quanto no conceito operacional.

O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, não pode dar o sinal verde informal aos bancos credores, como já fez de outras vezes, porque provavelmente o board da instituição não referendaria essa atitude.

Isso significa que o novo governo brasileiro, que assume em 15 de março, terá de abrir negociações com o FMI para dar suas próprias explicações sobre as metas de dezembro de 1984, sobre o que pretende fazer para corrigir o desvio e, ao mesmo tempo, fazer uma nova carta, a oitava, contendo as suas intenções para 1985 e não as do governo que se encerra. Os bancos credores ficarão esperando que se complete todo esse processo para dizer se aceitam ou não o esquema que Pastore propôs ou se o Brasil deve apresentar um novo esquema de reescalonamento da sua dívida. Nesse meio tempo vencerão amortizações que não estarão sendo pagas e sobre as quais não haverá nenhum acordo formal. Por conseguinte, ou os bancos aceitam formalmente uma extensão do acordo anterior, que termina agora no dia 19, ou terão de contabilizar o Brasil como inadimplente a partir de 31 de março, quando apresentam seus relatórios aos organismos regulatórios do governo norte-americano.

Tudo isso são pormenores úteis para que se possa fazer uma avaliação realista do problema. Agora, o seu aspecto principal não é econômico, não é técnico e não é externo. Seu aspecto mais preocupante, a nosso ver, é político e é interno.

Se Tancredo assumisse o governo com o front externo bem arrumado, conforme Pastore, Galvães e Delfim anunciaram e prometeram, sua administração começaria voltada basicamente para o front interno e politicamente ele estaria bem situado perante as próprias forças que o elegeram, alegando que o Brasil já tinha assumido compromissos que era necessário cumprir.

Mas, agora, o que estamos vendo é que ele vai ter de reiniciar as negociações inacabadas com o FMI e com os credores particulares. Em outras palavras, vai ter de enviar, assim que assumir, seu ministro da Fazenda e seu presidente do Banco Central para Washington e Nova York, naquelas peregrinações que já conhecemos. Além de representar um percalço administrativo, esse fato pode abrir oportunidades para que não somente forças políticas interessadas em tumultuar o início do novo governo, mas também políticos de seu próprio entourage que não gostam muito de seu "conservadorismo", imediatamente começem a "exigir" de Tancredo atitudes intransigentes e temerárias para com o FMI e com os credores, e a acusá-lo de "continuismo" caso ele tenha de negociar com o FMI o seu próprio programa de austeridade para este ano.

Em resumo: além da herança de descalabros administrativos, escândalos financeiros, inflação acelerada e finanças públicas em desordem, o novo governo ainda assumirá uma situação externa incerta e confusa.

E, afinal de contas, o pomo da discórdia, a causa principal da suspensão das negociações com os credores e das complicações com o FMI e nossa velha conhecida: o monumental e incontrolável déficit do setor público. Uma das poucas coisas em que podemos concordar com o ministro Delfim Neto, e que sabemos que ele vem dizendo à boca pequena aos seus interlocutores, é que faltou à sua equipe, ao governo atual e ao próprio presidente Figueiredo determinação, firmeza, energia e coragem política para fazer o que era necessário nessa questão dos déficits do setor público.

Por isso o novo presidente da República, que agora terá o trabalho de restaurar a imagem externa deste país, de demonstrar que somos internacionalmente responsáveis — conforme já garantiu que pretende fazer — e, ao mesmo tempo, de criar condições para um controle efetivo da inflação, precisará começar dizendo ao público brasileiro qual é a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade, sobre o estado das finanças públicas. A honestidade tornou-se uma arma preciosa para conquistar apoios e simpatias depois de anos de engodos, ilusões, promessas falsas e descumprimento contumaz dos compromissos externos ou internos.

Em seguida precisará de muita coragem para dizer ao público brasileiro que os sacrifícios até agora sentidos pela população foram, infelizmente, malbaratados por um governo de irresponsáveis, ou seja, não produziram os resultados positivos em nome dos quais foram encetados. A conclusão inevitável é que tais sacrifícios deverão continuar num governo democrático como o dele pelo menos durante o tempo necessário para estancar a hemorragia monetária.

E, finalmente, para estancar rapidamente essa hemorragia terá de desativar ou alienar de